

Democracia importa? A desigualdade social nos municípios brasileiros após 30 anos da Constituição Cidadã

Maria Tereza Blanco Strohschoen – Autora; Bacharelado em Políticas Públicas (UFRGS)
André Marengo – Orientador; Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (UFRGS)

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é investigar as mudanças nos indicadores de desigualdade social nos municípios brasileiros após 30 anos da promulgação da Constituição Federal, buscando analisar quais municípios mais reduziram a desigualdade desde então e quais os fatores que influenciaram esta trajetória. A carta conferiu autonomia política, administrativa e fiscal aos municípios brasileiros, que passaram a ser regidos por leis orgânicas próprias. Segundo Souza (2005), como parte desta descentralização, destaca-se a constitucionalização de princípios, regras e direitos, bem como de um conjunto

de políticas públicas, proporcionando aos municípios prerrogativas para implementação destas.

A multicausalidade do fenômeno da desigualdade social exige modelos que investiguem além do gasto público em política social, considerando outras dimensões associadas. Para isto, procurou-se revisitar literatura que pretende explicar as relações entre instituições políticas/gasto social/redistribuição: voto econômico (Downs, 1957), *power resources theory* (Esping-Andersen, 1990), modernização (Boix, 2015), desempenho institucional (Rothstein, 2011).

PROCEDIMENTOS E RESULTADOS

Para atingir os objetivos foi desenvolvido um banco de dados com informações políticas, demográficas, fiscais e socioeconômicas dos mais de 5,5 municípios brasileiros. As variáveis independentes utilizadas no modelo estatístico são: partido e espectro político dos prefeitos, ocorrência de reeleição, Produto Interno Bruto *per capita*, transferências intergovernamentais, arrecadação própria, burocracia municipal, anos de instalação do município, aplicando

como variável de controle o tamanho do ente federado – as variáveis foram agrupadas em 3 eixos, conforme a literatura referenciada: Desempenho Institucional, Modernização e Competição Eleitoral/Ideologia. Como *proxy* para redução da desigualdade social foi empregado o Índice de Gini, sendo a variável dependente do modelo uma *dummy*. Por meio da técnica de regressão logística, buscou-se cotejar relações causais entre estas variáveis.

Quadro 1 – Resumo dos resultados da regressão logística com as variáveis estaticamente significativas.

Variável	Sig	Exp(B)	Resultado
Mediana das transferências intergovernamentais de 2002-2010.	,029	1,023	Para cada real que cresce a mediana das transferências intergovernamentais, a chance de o município ter diminuído mais o Gini cresce em média 2,3%.
Mediana da arrecadação própria do município de 2002-2010.	,002	1,027	Para cada real que cresce a mediana das transferências intergovernamentais, a chance de o município ter diminuído mais o Gini cresce em média 2,7%.
Prefeitura sob gestão de partido de esquerda no ano de 2008	,000	1,433	Quando o partido do prefeito é de esquerda (2008), a chance de o município ter diminuído mais o Gini cresce em média 43,3%.
Percentual de estatutários com nível superior em relação ao total de funcionários da administração direta	,000	6,135	Quando o percentual de estatutários com nível superior é maior, a chance de o município ter diminuído mais o Gini cresce em média 513,5%.

Fonte: Regressão logística, Software SPSS, dados retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Secretaria do Tesouro Nacional e Tribunal Superior Eleitoral.

As variáveis que apresentaram resultado significativo foram apresentadas no quadro acima, com destaque para 3 variáveis do eixo Desempenho Institucional: transferências intergovernamentais, arrecadação própria e estatutários com nível superior, corroborando para os achados de Rothstein (2011) acerca da qualidade institucional. De forma tímida, a presença de uma

variável do eixo Competição Eleitoral/Ideologia também apresentou aumento nas chances dos municípios diminuírem o Índice de Gini. Tanto a variável população quanto o PIB per capita foram significativas, entretanto não apresentaram influencia no comportamento da variável dependente.

CONCLUSÃO

O trabalho buscou investigar porque diferentes resultados acerca da desigualdade social são produzidos a partir do mesmo contexto constitucional, a Constituição de 1988, que completa 30 anos de sua promulgação, com configurando-se como um período de análise importante para compreender os

efeitos da descentralização em indicadores municipais de bem-estar. A partir da regressão logística modelada, evidencia-se a influência das variáveis de desempenho institucional dos municípios na redução do Índice de Gini, com ênfase para a qualificação da burocracia municipal.

Referências bibliográficas

- BOIX, Carles. Political Order and Inequality Their Foundations and their Consequences for Human Welfare. Cambridge Studies in Comparative Politics, 2015.
DOWNS, Anthony (1957). An Economic Theory of Democracy. New York: Harper.
ESPING-ANDERSEN, Gøsta (1990). The three worlds of welfare capitalism. Princeton, New Jersey: Princeton University Press
ROTHSTEIN, Bo. The Quality of Government. Corruption, social trust, and inequality in international perspective. The University of Chicago Press, 2011.
SOUZA, Celina. Federalismo, desenho contitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. Rev. Sociol. Polit. [online]. 2005, n.24, pp.105-121.